

PASTORAL DO DÍZIMO

D. Sérgio de Deus Borges

A corresponsabilidade na manutenção da comunidade eclesial

Vivemos em um ambiente cultural de idolatria do dinheiro, onde "a adoração do antigo bezerro de ouro encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano".¹

A Igreja, comunidade de comunidades, está inserida nesta cultura e relaciona-se com o dinheiro, precisa de recursos financeiros para realizar a sua missão essencial: anunciar Jesus Cristo, o Salvador, e promover a dignidade humana. Mas se o mundo tem os recursos financeiros como regra absoluta de vida e meta a ser conquistada a qualquer custo, não é assim na Igreja. No uso dos recursos financeiros para a realização de sua missão, a regra de ouro está no poder de Deus, como bem ilustraram os Padres no Concílio Vaticano II:

Quando os Apóstolos, seus sucessores e seus colaboradores são enviados para anunciar aos homens

1 EG, n. 55.

Cristo, Salvador do mundo, baseiam-se, ao exercer seu apostolado, no poder de Deus, que com frequência dá a conhecer o poder do Evangelho na fraqueza das testemunhas. Todos aqueles que se dedicam ao ministério da Palavra de Deus, é preciso que lancem mão de caminhos e meios próprios ao Evangelho, que diferem, em muitos pontos dos da cidade terrestre.²

Esse é também o testemunho dos grandes homens de fé, que encontramos na Palavra de Deus, tanto no Antigo como no Novo Testamento, e na caminhada da Igreja durante os séculos.

1. A experiência da fé: o dízimo

Abraão, nosso Pai na fé, homem experimentado por Deus sabe reconhecer sua fraqueza e a grandeza da presença de Deus em sua vida e seus atos. Reconhece que a missão recebida a exerce pela misericórdia de Deus:

Quando Abrão voltava, depois da vitória contra Corlaamor e os reis aliados, saiu-lhe ao encontro o rei de Sodoma no vale de Save (que é o vale do Rei). Melquisedec, rei de Salém, trouxe pão e vinho, e como sacerdote de Deus Altíssimo, abençoou Abraão dizendo: "Bendito seja Abrão pelo Deus Altíssimo, criador do céu e da terra. Bendito seja o Deus Altíssimo, que entregou teus inimigos entre tuas mãos". E Abrão entregou-lhe o dízimo de tudo.³

Esse grande Patriarca Abraão ofereceu ao sacerdote e rei de Salém dez por cento – o dízimo – de tudo que havia adquirido. Assim, surge na Escritura Sagrada esta nova modalidade de oferta, que se caracteriza pela doação de uma porcentagem dos produtos adquiridos. Neste caso dez por cento.

² GS, n. 76.
³ Gn 14,17-20.

Jacó, outro patriarca, seguindo os passos de seus antepassados também oferece o dízimo a Deus, atitude que é precedida por uma promessa de fidelidade:

Se Deus estiver comigo e me proteger nesta viagem, se ele me der pão para comer e roupa para vestir, e se eu voltar são e salvo para a casa de meu pai, então o Senhor será meu Deus. Esta pedra que ergui como coluna sagrada será transformada em casa de Deus, e eu te darei o dízimo de tudo o que me deres.⁴

São dois relatos que apresentam uma característica muito peculiar: o dízimo dos patriarcas foi espontâneo. Nenhum dos dois patriarcas deu o dízimo sob a coerção de uma lei ou sob a ordem de uma autoridade superior, mas por gratidão ao Senhor da vida. Ambos ofertaram em ação de graças e reconhecimento da proteção divina, aproveitando da experiência e da tradição de outros povos que reverenciavam seus deuses com oblação semelhante.

A experiência vivida por Abraão e Jacó, é assumida pelo povo de Deus conforme pode-se ver na legislação mosaica. No livro dos Números encontra-se a instituição do dízimo, como instituição de direito divino, pois, segundo o texto, é Deus quem determina que o Dízimo seja a herança da tribo de Levi: "Aos levitas dou como herança os dízimos em Israel em troca do serviço que cumprem, o serviço da Tenda do Encontro".⁵

→ No fato de dar aos levitas o dízimo a lei mosaica já determina qual a finalidade do dízimo para o povo de Deus: reconhecer a absoluta primazia de Deus⁶ sobre tudo, manter o culto e os homens do culto. Esta contribuição determinada e obrigatória se diferencia de outras contribuições, por ter seu valor já pré-fixado: a décima parte. A lei mosaica sanciona este percentual em vários momentos.⁷

4 Gn 28,20-22.

5 Nm 18,21.

6 Cf. Lv 27,30-33.

7 Cf. Lv 27,30-33. Nm 18,24.26.28; Lv 27,30-32; Dt 12,6.11.17; 14,22-23.28; 26,12.

Os autores, no estudo das instituições do Antigo Testamento, chegam a classificar três a quatro tipos de dízimo. Martin Riego⁸ apresenta uma classificação do dízimo em quatro tipos bem determinados:⁹

- a. O que o povo dava aos levitas, conforme o livro conforme atesta o livro dos Números 18,21 e 38,1;
- b. O que os levitas davam aos sacerdotes, conforme o livro dos Números 18;
- c. O que o povo dava ao templo, conforme o livro do Deuteronômio 12,14;¹⁰
- d. E aquele que o povo dava aos pobres, conforme o livro do Deuteronômio 14,28-29.

O homem de fé, conhecedor do amor de Deus, sabedor das necessidades do Templo e voltado para os mais necessitados, esforçava-se para cumprir os preceitos de Deus contidos na Lei. Tobias, homem devoto, assim testemunha:

Eu, porém, ia algumas vezes sozinho a Jerusalém nos dias festivos, conforme está prescrito para todo o Israel por um decreto perene. Eu levava comigo a Jerusalém as primícias, os primogênitos, os dízimos do rebanho e do gado e a primeira tosquia das ovelhas; e dava-os aos sacerdotes, descendentes de Aarão, para o altar. Eu também ofertava o dízimo do trigo, do vinho, do óleo, das romãs e das outras frutas, aos levitas que estavam de serviço em Jerusalém. Quanto ao segundo dízimo, eu o calculava numa quantia correspondente a seis anos e o gastava cada ano em Jerusalém. Quanto ao terceiro, entregava-o aos órfãos e viúvas e aos pro-sélitos, acrescentados aos israelitas.¹¹

⁸ MARTIN RIEGO, M., *Dízimos eclesásticos*. Sevilla, 1991. p. 69.

⁹ Alvarez Arango apresenta três tipos de dízimos, seguindo o decretalista Emanuel Gonzáles.

¹⁰ Cf. Dt 12,17-18.

¹¹ Tb 1,6-8.

Conforme o espírito da lei de Moisés, o dízimo atende todas as dimensões da vida do povo de Deus: supre as necessidades do culto e do templo através do dízimo aos levitas e aos sacerdotes; realiza uma dimensão comunitária, quando o dízimo deve ser partilhado em uma refeição com os levitas e os da família; por último, acode também aqueles que nada ou pouco têm e foram sempre preciosos ao Senhor, como os pobres, estrangeiros, órfãos e viúvas.

➤ A experiência do dízimo é para o homem de fé, que conhece a Deus e se compromete com seu Reino. Para aqueles que vivem a fé superficialmente ou não fazem um verdadeiro encontro com o amor de Deus, como fizeram os Patriarcas e Tobias, haverá muita dificuldade em fazer a experiência do dízimo.

O profeta Malaquias¹² fez uma denúncia severa contra o seu povo que bebeu da cultura dominante, virou as costas para Deus, vivendo como se Deus não tivesse nada mais a dizer – é inútil servir a Deus – esqueceu os preceitos da Lei e não era fiel na contribuição do dízimo. Mas é possível voltar a Deus, restabelecer a primazia de Deus na vida:

Desde o tempo de vossos pais desobedecestes a minhas determinações e nada guardastes. Voltai para mim e eu voltarei para vós – diz o Senhor dos exércitos. Mas vós perguntais: voltar como? Pode um ser humano enganar Deus? Pois vós me enganastes! E perguntais: como foi que te enganamos? No dízimo e nas primícias. Vós estais mesmo amaldiçoados, pois é a mim que estais enganando, nação inteira. Trazei ao tesouro do templo o dízimo integral, para que haja recursos na minha casa.¹³

O projeto de retorno a Deus é constante em todo o Antigo Testamento e envolve o homem todo e todas as dimensões do

¹² Amós denúncia o dízimo como ato formal, sem o encontro com Deus: Am 4,4.

¹³ Ml 3,7-10.

seu viver. Não haverá verdadeira renovação da Comunidade se não houver o compromisso de dar à Comunidade os meios necessários para exercer a sua missão.

Como conclusão da experiência de fé no Antigo Testamento, apresentamos Neemias, um escriba fiel, um homem de fé profunda e com a difícil missão de restaurar o Povo de Deus, comunidade de fé, e as instituições que auxiliarão o povo a manter a fidelidade a Deus, no meio de uma cultura dominante que não incentivava a fé e muito menos o compromisso comunitário.

Ele encontra o templo abandonado pelo povo e pelos levitas diante da grave crise surgida após a invasão, impedindo àqueles que serviam a Deus de encontrar no serviço ao Senhor os meios para sua subsistência.¹⁴ Para renovar a Comunidade, Neemias, chama todo o povo e, com os principais do povo, deixa-se iluminar pela Palavra de Deus; ao ler a Palavra faz ao povo uma proposta ousada, sonha alto em relação ao povo, como é o sonho de Deus, e une todos no compromisso de viver os mandamentos da Lei, manter as contribuições para o Templo e aportar aos levitas o dízimo.¹⁵

2. A experiência de fé: as contribuições espontâneas

Se no Antigo Testamento existe uma legislação rica e pormenorizada sobre o dízimo, o mesmo não se pode falar do Novo Testamento, onde se encontram somente citações secundárias sobre o tema. São duas referências no Evangelho de São Lucas, uma referência no Evangelho de Mateus e uma referência na Carta de São Paulo aos Hebreus.¹⁶

¹⁴ Cf. VALUX, R. De, *Instituciones del Antiguo Testamento*, Barcelona, 1976, p. 517.

¹⁵ Cf. Ne 10, 36-39.

¹⁶ SLOAN, W. H., *Concordancia completa de la Santa Biblia*, Barcelona, 1988, p. 273.

O Senhor veio aperfeiçoar a lei dada ao Povo Eleito por Deus através dos séculos e, neste intuito, não reprova o pagamento do dízimo por parte dos fariseus que eram seguidores minuciosos da Lei de Moisés, mas reprova a conduta dos mesmos que se diziam religiosos e esqueciam alguns elementos essenciais da religião, como a justiça e o amor.¹⁷ Com isso não se pretende e não é possível afirmar que o Senhor instituiu para o novo Povo de Deus o sistema do dízimo como estava determinado na legislação mosaica.¹⁸

São Paulo, na Carta aos Hebreus,¹⁹ faz algumas citações sobre o dízimo, relatando o encontro de Abrão com o sacerdote e rei Melquisedec e a oferta do dízimo que a ele fez o Patriarca. O Apóstolo não faz uma apologia do dízimo em si como sistema tributário para o Povo de Deus ou um preceito de religião a ser seguido obrigatoriamente pelos fiéis, o que se apresenta é a grandeza do sacerdócio de Cristo e a superação do sacerdócio levítico, que nas palavras do Apóstolo teve sua legislação abolida.²⁰

Portanto, no Novo Testamento não se encontra nenhuma referência sobre o dízimo²¹ formalmente caracterizado como experiência de fé a partir dos preceitos contidos na Lei de Moisés. Mas isto não quer dizer que o novo Povo de Deus, no encontro com o Salvador, deixou de contribuir com a manutenção da Comunidade e com os pobres.

As páginas dos Evangelhos e dos outros escritos do Novo Testamento são ricos em relatar a experiência de fé de tantos

17 Cf. Mt 23,23; Lc 11,42.

18 "In Nova lege evangelica decimæ ad alendos clericos non reperientur præscriptæ..." (WERNZ, F. X., *Ius decretalium ad usum prælectionum in scholis textus canonici sive iuris decretalium*. Tomus III. Ius administrationis Eccles. Catholicae. Altera editio emendata et aucta. Romae, 1908, p. 216).

19 Cf. Hb 7,2-9.

20 Cf. Hb 7,18.

21 "Decimæ, obligatorio modo hebraeis impositæ (Lv 28,30), in Nova Lege evangelica non reperientur præscriptæ, sed tantum in genere fideles jubentur Ecclesiae ministris præbere necessaria ad vitam congruè sustentandam". VIOLARDO, *De bonis Ecclesiae temporalibus*. Romae, p. 177.

homens e mulheres, discípulos missionários que fizeram o encontro com Jesus e como este encontro teve repercussões em todas as dimensões da vida, inclusive a dimensão econômica.

São Lucas destaca as mulheres que acompanham Jesus e os doze, e como elas eram agradecidas ao Senhor que lhes deu uma vida nova, uma verdadeira dignidade, a dignidade de filhas do altíssimo; pela dignidade restituída, na experiência da fé, elas comprometem-se em contribuir com recursos materiais para a manutenção de Jesus e seus discípulos:

Depois disso, Jesus percorria cidades e povoados, proclamando e anunciando a Boa-Nova do Reino de Deus. Os Doze iam com ele, e também algumas mulheres que haviam sido curadas de espíritos maus e de doenças: Maria, chamada Madalena, de quem saíram sete demônios; Joana, mulher de Cuza, alto funcionário de Herodes; Susana e muitas outras mulheres, que os ajudavam com seus bens.²²

Jesus, a luz de nossa vida, quando do envio dos doze recomendou: “não leveis ouro, nem prata, nem dinheiro à cintura; nem sacola para o caminho, nem duas túnicas, nem sandálias, nem bastão, pois o trabalhador tem direito a seu sustento”.²³

Os discípulos sabem que os bens temporais são um dom de Deus, mas, enquanto assinalados pelo pecado, comportam uma grande dose de ambiguidades e um perigo para a comunhão com Deus e para a missão. Nestas orientações que o Senhor dá aos discípulos, Ele quer recordar a primazia de Deus, onde o verdadeiro tesouro escatológico, ao qual os discípulos de Jesus são chamados a depositar a toda a sua confiança no exercício da missão e a decidir-se a favor ou contra, é o Reino de Deus.²⁴

²² Lc 8,1-3.

²³ Mt 10,9.

²⁴ Cf. DE OLIVEIRA, M.R., *O direito a viver do Evangelho*. Roma, 2006, p. 30.

Assim, ao partirem em missão, os discípulos sabem que sua segurança é a opção pelo Reino, por Jesus. Na missão Deus proverá, porque o operário é digno de seu salário. E como é belo ver nas páginas dos Atos dos Apóstolos e das cartas como os fiéis, que acolhiam o Reino de Deus no maior e mais belo encontro de suas vidas, o encontro com Jesus, colocavam seus bens a serviço dos discípulos e dos pobres.

No início, a Igreja se mantinha com a doação dos fiéis, como se encontram nos livros do Novo Testamento, principalmente Ato dos Apóstolos²⁵ e a Carta de Paulo aos Coríntios.²⁶ Nestes livros se percebe como os fiéis eram generosos em contribuir para as necessidades dos discípulos e da comunidade nascente, sem a necessidade de impor uma contribuição por parte dos Apóstolos ou por parte dos bispos.

A disponibilidade interior era tão real a ponto de considerarem os bens como patrimônio comum e alguns chegavam até a vender campos e casas para resolver as necessidades de muitos.²⁷ O testemunho mais eloquente é o de Barnabé que vendeu seu campo e colocou aos pés dos Apóstolos.²⁸

✧ Mas nem todos eram unânimes na primazia do Reino de Deus e nem todos colaboravam com “generosidade”, havia problemas na comunidade e haviam pessoas que gostavam de fazer de conta, tinham uma fé aparente. É o caso de Ananias e Safira que venderam o campo e tentaram fraudar a Comunidade, o Apóstolo.²⁹

É importante destacar a reflexão que o Apóstolo Pedro faz com Ananias: “Ficando como estava, não permaneceria tua? E vendendo-a, o dinheiro não ficaria teu? Como pôde tal coisa

25 Cf. At 2,44-45; 4,32-37.

26 Cf. 2Cor 8,1ss.

27 OLIVERIA, M.R., *O direito a viver do Evangelho*. Roma, 2006, p. 38.

28 Cf. At 4,36.

29 Cf. At 5,1-10.

passar por tua cabeça?" (At 5,4). Pedro recorda a Ananias que ele não precisaria ter vendido a propriedade e, vendendo, os recursos eram dele, salientando que a contribuição à Igreja era voluntária.

Por que concebeu este projeto no coração? – pergunta Pedro. Por que, certamente, é o caso de um membro da Comunidade que não estava convertido, não havia compreendido que agrada ao Senhor é um coração humilde, sincero e reto; a hipocrisia é um mal que não tem lugar no coração de uma pessoa que fez o encontro com Jesus.

A fé em Jesus Cristo é o verdadeiro motor de toda a ação, não a hipocrisia. É a comunhão com Ele, expressa sobretudo na Eucaristia, que dará como fruto a *koinonia* fraterna (cf. Fl 1,27; 2,2; At 2,45; 4,35; Rm 15,27; 2Cor 8,13; 9,12-14).³⁰

A fé em Jesus gera um coração que assume a obra de Jesus. O próprio Senhor afirmou que o operário é digno de seu salário (cf. Lc 10,7). E São Paulo destaca no exercício de seu ministério o direito a viver do Evangelho: "Acaso ignorais que os que servem ao culto são alimentados pelo culto? E que os que servem ao altar participam do que é oferecido sobre o altar? Assim como o Senhor estabeleceu para os que pregam o Evangelho, que vivam do Evangelho".³¹

A Igreja vivia nas catacumbas, tinha uma estrutura organizacional e pastoral mínima, segundo as possibilidades do contexto político e se mantinha com as ofertas espontâneas dos fiéis.³² Este modo de manter a Igreja e seus ministros perdurou por alguns séculos, pois até o Edito de Milão, quando os cristãos

30 OLIVERIA, M.R., *O direito a viver do Evangelho*. Roma, 2006, p. 30.

31 1Cor 9,13-14. Ver também 1Cor 11,7-9.

32 "Sed primis temporibus decimae non inveniuntur impositae: nam initio fideles sua sponte multa offerebant (cf. TERTULLIANUS, Apolog. 40; JUSTINUS, Apolog. 1,67), et insuper S. Pauli exemplo clerici labore manuum sibi cunsulebant" (POGGIASPALA, F., Decimae. In AAVV., *Dictionary morale et canonique*, Romae, 1965, p. 17).

puderam viver publicamente a fé e organizar as Igrejas locais, as ofertas espontâneas dos fiéis continuavam sendo suficientes para suprir as necessidades das comunidades.³³

3. A experiência de fé: instituição do dízimo na Igreja

Com a liberdade conferida à Igreja no ano 313, e os desdobramentos posteriores, a Igreja sentiu a necessidade de ampliar sua estrutura organizacional e pastoral para atender adequadamente às novas necessidades que se impunham, principalmente após o decreto que a tornou religião oficial do Império Romano.

Para atender às novas necessidades, alguns padres, como Santo Agostinho, recomendaram aos fiéis uma contribuição fixa à Igreja. Santo Agostinho, no comentário sobre o salmo 146, fala sobre a necessidade de manter a Igreja.³⁴ Ele pede aos fiéis que sejam capazes de dar uma contribuição fixa e determinada à Igreja para suas necessidades e cita, como exemplo de contribuição, o dízimo: "*décimas vis? Décimas exime, quanquam parum sit*".

Para Santo Agostinho, o dízimo é somente um modelo de contribuição possível, mas que deveria até ser superada pelo fiel. Além disso, no texto ele faz uma dura crítica aos fiéis que não têm nem mesmo a justiça dos fariseus, pois não dão nem a milésima parte de suas rendas, quando os fariseus davam a décima parte.³⁵

33 JANNOCONE, C., Decime. In AAVV., *Novissimo digesto italiano*, Torino, 1960, p. 258.

34 "Separai, portanto, alguma coisa e determinai a quantia, ou dos produtos anuais ou dos lucros cotidianos. Pois parecerás dar algo vital, e necessariamente tua mão trepidará se a estendes para dar o que não havias prometido. Reserva uma parte de teus lucros. Queres dar o dízimo? Separa a décima parte, embora seja pouco. Pois foi dito dos fariseus que eles davam a décima parte. (SANTO AGOSTINHO, *Comentário aos Salmos*. Paulus, 2008, p. 1078-1079).

35 "E que diz o Senhor? Se a vossa justiça não exceder a dos escribas e a dos fariseus, não entrareis no Reino dos Céus (Mt 5,20). E aqui ele, que tua justiça deve superar, dá o dízimo; tu, porém, não dás nem o milésimo. Como há de superar aquele a quem nem ao menos iguais?" (SANTO AGOSTINHO, *Comentário aos Salmos*. Paulus, 2008, p. 1079).

Outros padres da Igreja também exortavam os fiéis a contribuir com o dízimo, como São João Crisóstomo e São Jerônimo. Nestes casos os autores concordam que se tratava somente de uma exortação, com caráter voluntário, sem ter a característica de uma obrigação legal.³⁶

No comentário dos Santos Padres pode-se perceber que já está acontecendo um fenômeno que atingirá profundamente a Igreja nos séculos seguintes: a diminuição das ofertas espontâneas e uma grande parte de batizados que não assumiam a fé e a manutenção da comunidade.

Para atender à justiça e a necessária contribuição de todos na manutenção da Igreja, foi introduzido o sistema do dízimo, fundamentado na caminhada do Povo de Deus no Antigo Testamento, tanto no modo como no conteúdo. A organização foi paulatina, através dos Concílios Particulares, com uma legislação tributária e coercitiva que perdurou até a idade contemporânea.

A primeira legislação sobre o dízimo na Igreja foi elaborada em dois Concílios Particulares; ela torna-se o divisor de águas no processo de implantação do dízimo, como sistema de contribuição impositiva na Igreja. Os bispos, no Concílio provincial de Tours,³⁷ instituem o dízimo como meio de contribuição à Igreja: "Instantemente exortamos os fiéis a que, seguindo o exemplo de Abraão, não hesitem em dar a Deus a décima parte de tudo aquilo que possuam".³⁸

36 MARTIN RIEGO, M., *Dízimos eclesíásticos*, Sevilha, 1991, p. 80.

37 Alvarez Arango sustenta que o Concílio Masticocence II aconteceu no ano 585; Paggiaspala diz que é mais provável que tenha acontecido o Concílio Maconen no ano 583 e o Concílio Turoren no ano 587; Jannaccone já data o Concílio de Tours no ano 567 e Maçon no ano 563; Ciprotti, também fala sobre o Concílio de Tours no ano de 567 e o de Maçon no ano de 583, aproximadamente.

38 PAGGIASPALA, F., *Decimae*. In: AA. Vv., *Dictionarium Morale et canonicum*, Romae, 1965, p. 17: Sed caritate paulatim frigescente, sive exortationibus sivi etiam praeceptis opus fuit, quibus decimarum institutum ortum habuit. Iam saeculo VI in Gallia et in Hispania decimae sacramentales a Conciliis praescribuntur (Conc. Turoren. a. 587, et Conc. Maconen. a. 583).

O Concílio Masticonense II determina bem a quantidade do dízimo a ser oferecido, o lugar onde deve ser oferecido e qual a finalidade do dízimo:

Portanto, tendo consultado as leis divinas que ordenaram a todo o povo dar, segundo a quantidade de seu patrimônio os dízimos de seus frutos, aos sacerdotes, aos lugares sagrados e aos ministros da Igreja, para que estes, não estando impedidos por nenhuma outra classe de trabalho, possam dedicar-se a seu ministério espiritual, conforme convém. (...) Estabelecemos e decretamos que seja reestabelecida para todos os fiéis o antigo costume e que todo o povo pague os dízimos aos eclesiásticos que exercem na Igreja o ministério sagrado, e que os sacerdotes empreguem este dízimo a favor dos pobres ou na libertação dos cativos e juntamente com suas orações alcancem a paz e a salvação do povo. Se alguém, pois, for contumaz em não cumprir nossos saluberrimos estatutos, seja separado por todo o tempo que dure a contumácia, dos membros da Igreja.³⁹

Este Concílio impõe a primeira lei penal para aqueles que não pagavam o dízimo, mostrando assim que não se tratava apenas de uma exortação ou pedido da autoridade eclesiástica para que os fiéis fossem generosos na suas doações ou dádivas, mas os bispos estavam exercendo o seu poder impositivo e coercitivo sobre os fiéis, exigindo a décima parte dos frutos com determinava a lei de Moisés.⁴⁰

A partir destes Concílios particulares, o sistema do dízimo foi assumido nos vários países, foi se impondo e sendo acolhido pelas Igrejas e se tornou norma universal. Porém, havia uma situação singular a ser resolvida, muitas pessoas não estavam sujeitas à lei sobre o dízimo, porque o dízimo, conforme foi

39 ÁLVARES ARANGO, S. E., *Diezmos u oblación personal?* Medellín, 1962, p. 60.

40 "según Fleury, la primera ley penal que prescribe el pago de los diezmos se halla en el canon cinco del Segundo Concilio de Macón, sobre lo que han observado muchos autores que se hizo obligatorio lo que hasta entonces había sido voluntario" (AAVV., *Diccionario enciclopédico Hispano-Americano de literatura, ciencias y artes*. Tomo Sexto. Barcelona, 1890, p. 610).

estipulado no Antigo Testamento, era o dízimo real ou predial, devido somente dos frutos de todas as novidades colhidas nos prédios, e terras, ou que nasçam por si sem trabalho ou cultura dos homens ou sendo trabalhados com sua indústria.⁴¹

Foi o Papa Lúcio III⁴² que resolveu a questão fazendo a distinção que se tornou clássica no instituto do dízimo, o dividindo em dois tipos: predial e pessoal. Quanto ao dízimo predial, já foi falado acima.

O dízimo pessoal é a décima parte dos frutos meramente industriais, que cada um adquire com a indústria de sua pessoa.⁴³ Esse dízimo não tem fundamento na tradição bíblica vétero testamentária e muito menos nos documentos dos Concílios Provinciais, e é uma novidade importante no sistema de manutenção da Igreja, porque é o Papa que está afirmando a existência do dízimo pessoal e que este deverá ser entregue na paróquia onde se recebe os sacramentos.

Alguns Concílios Ecumênicos⁴⁴ trataram da matéria, não de forma sistemática, com uma exposição do tema a partir de sua vertente bíblico-histórica, mas respondendo a situações e problemas que foram surgindo conforme a necessidade de cada época, ou o próprio sistema que estava sendo questionado em determinado momento, encontrando nos ditames do Concílio o ponto de referência para uma solução adequada.

O Concílio de Trento, na sessão XXV, dedicou um capítulo ao tema dos dízimos. Primeiro, os padres conciliares afirmam

41 CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo, 1853, p. 163.

42 DECRETALIS GREGORIO IX. LIB. III. TIT. XXX. C. 20. in. RICHTER, A. L., *Corpus Iuris Canonici*, pars secunda decretalium collectiones. Editio Lipsiensis Secunda. Graz, 1955, p. 562-563.

43 CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo, 1853, p. 163.

44 II, III, IV Concílio Lateranense del 1179, del 1179 e del 1215, il concilio di Vienne del 1311-1312. Concilio de Lion de 1274, cost. I d. Anche tra le proposizioni di Wicleff, condannate dal concilio di Costanza nel 1415, ve ne erano due relative alle decime. Dopo un energico richiamo dell'obbligo di pagare le decime, fatto nel quinto concilio lateranense (sess. XI, del 15 dicembre 1516). CIPROTTI, P., *Decime* in: AA.VV., *Enciclopedia del Diritto*. Varese, 1962, p. 805.

que os dízimos pertencem a Deus e quem os defraudar ou impedir que alguém os pague está invadindo bens alheios.⁴⁵ Em segundo lugar, definem o *quantum* do dízimo, ou seja, quanto se deve pagar de dízimo: "que se paguem inteiramente os dízimos".⁴⁶ No pequeno capítulo, os padres mantêm a excomunhão aos que furtavam ou impediam o pagamento do dízimo. Não está o Concílio determinando uma excomunhão diretamente aos que não pagavam o dízimo, mas aos que impediam o pagamento ou roubavam o dízimo.⁴⁷

Na conclusão do capítulo, ao exortar paternalmente os fiéis para que sejam generosos no uso dos bens que Deus lhes concedeu, os bispos apresentam a finalidade do dízimo: bispos e os párocos pobres, para louvor de Deus, e para manter o decoro de seus pastores que vigiam por eles.⁴⁸

No conjunto, os Concílios Ecumênicos ratificam a disciplina comum e a doutrina sobre os dízimos já consolidada na Igreja: os dízimos são devidos à Igreja por lei divina e eclesiástica; quem tem o dever de pagar os dízimos e não os paga comete pecado; os dízimos tem por finalidade principal a manutenção dos ministros do culto e a glória de Deus através do culto.

A Igreja observava estas normas gerais sobre os dízimos com as devidas adaptações conforme a região e o país. Na Espanha, por exemplo, havia o dízimo predial, mas não havia o dízimo pessoal. Em Portugal, havia o dízimo predial e o dízimo pessoal.

No Brasil colônia, já no ato de ereção da primeira diocese há uma determinação explícita de cobrar os dízimos eclesiásticos, através da Bula *Super Specula Militantis Ecclesiae*, de 25 de

45 Cf. O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Tomo II. Lisboa, 1781. p. 457.

46 Cf. O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Tomo II. Lisboa, 1781. p. 457.

47 Cf. ALVARES ARANGO, S.E., *Díezimas u ablación personal?*, Medellín, 1962, p. 68.

48 O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Tomo II. Lisboa, 1781. p. 459.

fevereiro de 1551, data da criação da primeira diocese, quando o Papa afirmou que cabia ao Rei, como Grão Mestre da Ordem de Cristo, arrecadar os dízimos e com eles prover os benefícios da nova circunscrição eclesiástica. Neste documento que confirma a obrigatoriedade dos dízimos nas novas terras, o Papa solicita que o Rei cobre estes dízimos para manter o culto e seus serventuários.⁴⁹

A partir destas normas, os reis recebiam na Colônia os dízimos prediais e os mistos que deveriam aplicar na manutenção do culto, construção e reforma de Igrejas e manutenção dos ministros. Os dízimos pessoais, chamados em Portugal de "miúncas" e Brasil de "conhecenças",⁵⁰ não eram cobrados pelos reis, mas eram devidos pelos fiéis aos párocos.

No século dezoito, a Igreja no Brasil organizou bem a legislação sobre os dízimos, promulgadas nas Constituições do Arcebispado da Bahia,⁵¹ de 1707. Estas Constituições,⁵² organizadas em cinco livros com 1318 artigos, se tornaram a principal

49 OLIVEIRA, A., *Os dízimos eclesiásticos do Brasil, nos períodos da Colônia e do Império*. Roma, 1939, p. 41.

50 Em 1707 os dízimos pessoais já haviam se transformado nas conhecenças, conforme atestam as Constituições do Arcebispado da Bahia. CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo, 1853, p. 169. Mons. Abílio assim as define: "Havia o costume de se pagarem as conhecenças, que eram uma pequena contribuição pecuniária dada por ocasião da desobriga, vestígio dos dízimos pessoais outrora vigentes em Portugal" (VASCONCELOS, A.S., *Instituto de penão do clero*, Rio de Janeiro, 1998, p. 23).

51 Após a criação da Província Eclesiástica da Bahia com quatro Igrejas sufragâneas, que eram Rio de Janeiro, Olinda, S. Tomé e Angola, parecia ter chegado o momento da reunião do 1º Concílio Provincial da Igreja no Brasil. (...) a 22 de junho de 1706 dirigiu cartas convocatórias a todos os seus sufragâneos, instando para que comparecessem na Bahia para a celebração do Concílio no próximo ano de 1707, em junho, festa de Pentecostes. Mas se achavam plenas as dioceses do Rio de Janeiro e de Angola, enquanto Olinda e S. Tomé estavam vacantes, governadas por vigários capitulares. D. Luís Simões Brandão, jovem bispo de Angola, formado em Cânones, apressou-se a atender a convocação, embarcou-se e chegou à Bahia a 25 de fevereiro de 1707. Esperava-se D. Francisco de s. Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, que havia prometido comparecer. Infelizmente, tendo adoecido, não pode embarcar nem enviaram representante. O insigne metropolitano, a contragosto, viu desmoronar seu sonho de realizar um frutuoso Concílio Provincial que legisasse sobre as necessidades da Igreja em sua província eclesiástica. D. Sebastião da Vide não querendo adiar por mais tempo nem perder a boa oportunidade de convocação do Clero, marcou para o dia 12 de junho de 1707, festa do Espírito Santo, a reunião do Sínodo Diocesano". RUBERT, A., *A Igreja no Brasil. Expansão territorial e absolutismo estatal* (1700-1822). Vol. III. Santa Maria, 1987, p. 231-232.

52 CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. São Paulo, 1853, p. 414-437.

fonte legislativa da Colônia. No livro segundo, seis títulos são dedicados – XXI à XXVII – a tratar da matéria do dízimo com detalhes.

Na legislação eclesiástica do Brasil, o dízimo foi entendido em seu sentido literal, ou seja, dez por cento: “Dízimos são a décima parte de todos os bens móveis lícitamente adquiridos, devidos a Deus, e a seus ministros por instituição Divina e Constituição humana”.⁵³

Com a independência nada mudou sobre o sistema de dízimo no Brasil. O Imperador pediu ao Papa os mesmos privilégios da Coroa Portuguesa, e o Papa Leão XII concedeu em 1827, através da Bula *Praeclara Portugalliae*, ao Imperador o “*Ius Patronatus*” sobre as igrejas e os benefícios do Brasil.

Nesta bula, o Papa concede o direito de recolher os dízimos como Grão Mestre da Ordem de Cristo ao Imperador, mas solicita que o mesmo propague com todo o empenho a religião e traga à fé os índios existentes em grande número no Brasil.

Porém, a mesma situação vergonhosa da Igreja no Brasil continuava como tinha sido no período da colônia, pois o novo governo também não aplicava os recursos obtidos com o dízimo em favor da Igreja e da propagação da fé, mas em favor do erário público: “o padroado retardou criminosamente o estabelecimento de novas dioceses. Não foi outra a causa que tanto estorvou a divisão eclesiástica do País”.⁵⁴

Os dízimos eclesiásticos no Brasil foram abolidos na prática em 1832, quando se transformaram em um imposto civil, devido ao estado.⁵⁵ As próprias Constituições do Arcebispado da Bahia na reimpressão de 1853 confirmam esta afirmação do

53 CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, n. 414, p. 163.

54 BARBOSA, M., *A Igreja no Brasil. Notas para a sua história*. Rio de Janeiro, 1945, p. 25.

55 Cf. OLIVEIRA, A., *Os dízimos eclesiásticos do Brasil, nos períodos da Colônia e do Império*. Roma, 1939, p. 93.

referido pesquisador, pois, no apêndice, para se mostrar em que a constituição do Arcebispado da Bahia se acha alterada, revogada pelas Leis do Império, e finalmente modificada pelos usos e costumes, consta a revogação dos dízimos, tanto os dízimos prediais e mistos, como as conhecenças ou dízimos pessoais.

Por ocasião da proclamação da República, o governo provisório decreta em 1890 a separação entre Igreja e Estado, e determina que pagará a cônica do clero somente até 1891.

A Igreja no Brasil adquire a sua liberdade de ação e também patrimonial. Tem o direito de organizar e prover a sua própria manutenção, sem intervenção do estado. Na primeira carta pastoral ao povo brasileiro, os bispos, em 1890, conclamam todos a cooperar na sustentação da Igreja e suas obras:

Por uma dignação da divina bondade somos nós chamados à honra de cooperar com Jesus Cristo na sustentação de sua Igreja, e adquirir com isso méritos pessoais.⁵⁶

Esta orientação geral tem um elemento que será a base de toda a futura proposta de manutenção da Igreja, quando diz que todos somos chamados à honra de cooperar com Jesus Cristo na manutenção de sua Igreja. Ora, é uma visão muito clara, realista de que a Igreja no Brasil somente terá futuro contando com a cooperação ativa de seus fiéis.

4. Experiência de fé: a renovação da paróquia e o restabelecimento do dízimo

Em 1890, os bispos conclamam o povo e o clero para que juntos trabalhem na edificação da Igreja, mas somente a partir da fundação da CNBB que tem início, a nível nacional, a

⁵⁶ O EPISCOPADO BRASILEIRO ao clero e aos fiéis da Igreja do Brasil. São Paulo, 1890, p. 77-78.

reflexão sobre a situação da Igreja no Brasil e suas necessidades, inclusive as necessidades econômicas.

4.1. O processo para a implementação do dízimo

No pré-projeto da primeira reunião ordinária da CNBB, marcada para o mês de agosto de 1953, em Belém do Pará, já surge o tema da manutenção do clero⁵⁷ dentro de um contexto mais amplo de reflexão sobre a Igreja e sua presença na sociedade brasileira, mas os graves problemas da migração e do empobrecimento do povo concentram com justiça a atenção dos bispos e assembleia termina sem uma resposta adequada ao problema da manutenção do clero.

Na terceira assembleia ordinária, a grave situação econômica da Igreja e do clero ressurgem e, nesta ocasião, pela primeira vez, no seio da CNBB, é apresentada a proposta de introduzir o dízimo no Brasil como caminho para solucionar os graves problemas de manutenção: "entre as sugestões aventadas, pareceu bem a indicação do Exmo. Bispo de Barra do Piraí, no sentido da urgência de tentar a prática do dízimo".⁵⁸

A partir desta assembleia, o tema da manutenção da Igreja tornou-se constante na reflexão dos bispos junto com o tema da renovação paroquial:

O problema das taxas (a ser estudado por determinação expressa da Santa Sé) pode e deve ser encarado com parte integrante do tema central – Renovação Paroquial –, e isso, porque é impraticável falar a Párocos em modernos processos de apostolado quando eles se

57 Os temas de estudo da 1ª reunião ordinária foram: "ajuda para um pronunciamento sobre os estatutos da Ação Católica Brasileira; programa geral de atividades para o apostolado leigo; responsabilidade em face da imigração; migrações internas; a Igreja e a reforma agrária; ajuda espiritual, cultural e econômica ao clero; e espiritismo". CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. 1ª reunião ordinária. (material de estudo). Belém do Pará, 12 a 19 de agosto de 1953. Rio de Janeiro, p. 3.

58 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Ata da 3ª reunião ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Serra Negra, São Paulo, 10 a 12 de novembro de 1956), p. 5.

acham a braços com o problema da própria manutenção e sobrevivência.⁵⁹

A quarta assembleia ordinária tratou com mais atenção o tema e apontou o caminho árduo de substituição do sistema de espórtulas e taxas por outro sistema na manutenção da Igreja e de seus ministros. Este parte de um princípio fundamental: a conscientização dos fiéis sobre o seu sentido de participação na vida da Igreja.⁶⁰

O Plano de emergência aborda o tema e apresenta o dízimo como um dos meios disponíveis para a manutenção do culto e dos ministros sagrados: "organização do dízimo (centésimo), festas exteriores, campanhas financeiras especiais, administração".⁶¹

Em 1965, houve uma deliberação da Comissão Central sobre o dízimo e as coletas na qual se pede à tesouraria da CNBB estudos sobre a adoção do dízimo e uma revisão das coletas.⁶²

A reflexão e o estudo sobre o tema continuaram nas assembleias seguintes, mas foi na assembleia de 1971, que o tema foi aprofundado com boa assessoria e subsídios bem elaborados sobre o dízimo em várias dimensões,⁶³ facilitando assim uma visão mais abrangente sobre o processo de implantação a nível nacional. Neste período, já haviam muitas dioceses que estavam realizando um processo de implantação do dízimo a nível local.⁶⁴ Houve longo debate, mas os bispos chegaram à

59 SECRETARIADO GERAL. *Ata e estudo da reunião da Província de Goiânia*. [17-21/12/1957]. CM 65 (1958), p. 1.

60 Cf. GOMES F., *Digna sustentação do clero e das obras paroquiais*. CM 71(1958), p. 17.

61 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Emergência para o Igreja do Brasil*. Rio de Janeiro: Dom Bosco, 1962, p. 20; CM 117(1962), p. 12.

62 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ata da reunião da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de 11 de novembro de 1964*. In CM 154(1965), p. 7.

63 COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL. *O dízimo. Subsídios para estudo e reflexão*. Rio de Janeiro, 1971.

64 "Não é intenção da comissão fazer com que as dioceses ou paróquias, com sistema do dízimo já implantado, cessem de o fazer: as etapas referem-se à implantação do sistema como norma de âmbito nacional". CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *XII Assembleia Geral do CNBB*. CM 221-222(1971) 31.

conclusão que o assunto ainda não estava suficientemente amadurecido para uma votação e implementação em todo o Brasil.⁶⁵

Em 1973, na assembleia geral, foi aprovado o plano nacional de implementação do dízimo, para o qual o biênio 1973-1974 seria o período de conscientização e, na assembleia de 1975, se estabelecia o início da fase implementação, na qual todas as Igrejas particulares assumiriam o dízimo como meio ordinário de manutenção da Igreja.⁶⁶

Mas não foi necessário esperar a assembleia geral de 1975 para a decisão sobre o início da vigência do dízimo como sistema obrigatório em todo o Brasil.⁶⁷ Na assembleia geral realizada em Itaici entre os dias 17 a 26 de novembro de 1974 os bispos se debruçaram novamente sobre o tema dízimo, e definiram que as Igrejas Particulares devem ter como meta a implantação do dízimo e não a obrigatoriedade do sistema.

O projeto de um sistema vinculante para toda a Igreja no Brasil não foi aprovado e, a partir desta assembleia, a CNBB a nível nacional deixou de assumir um papel de dinamizadora e impulsionadora do processo, passando a ser uma assessora, apresentando no máximo diretrizes e orientações gerais, como esta da Assembleia Geral de 1975:

Incentivar, a nível diocesano, paroquial e de base, o processo de substituição do sistema de taxas pelo sistema do dízimo como contribuição sistemática e periódica, através do qual cada comunidade assume corresponsavelmente sua sustentação.⁶⁸

65 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *XII Assembleia Geral da CNBB*. CM 221-222(1971), 56.

66 Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *XIII Assembleia Geral. Ata n. 9*. CNBB atas 6. 1973. p. 7.

67 COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL. *DÍZIMO*. CM 266(1974) 1095.

68 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil*. 1975/1978. CM 269(1975) 89.

4.2. A fundamentação do dízimo

Os bispos aprovaram o dízimo como um modo de contribuição sistemática e periódica, visando a participação de todos os fiéis na manutenção da Igreja. Neste sistema, não falaram de porcentagem ou de penalidade para aqueles fiéis que não contribuem com o dízimo. Desejaram um sistema em que todos devem ser motivados a corresponsabilidade, no espírito do Concílio Vaticano II.

O Concílio Vaticano II não fala do dízimo em nenhum de seus documentos. Então, onde se encontra o fundamento para a Igreja no Brasil organizar a Pastoral do Dízimo e pedir a contribuição generosa dos fiéis?

Para compreender o passo dado pela Igreja no Brasil, deve-se partir da distinção clássica sobre o dízimo feita pelos teólogos e canonistas. Estes consideram o dízimo de duas maneiras: dízimo materialmente considerado (sentido lato) e dízimo formalmente considerado (sentido estrito).

O dízimo, materialmente considerado, corresponde ao dever dos fiéis de contribuir com a Igreja para dignificar o culto divino, manter os ministros da Igreja, as obras de apostolado e de caridade. Este dízimo encontra fundamento no Novo Testamento, como está escrito em São Mateus, quando o Senhor Jesus envia os Doze em missão: "o trabalhador tem direito a seu sustento" (10,10). Também São Paulo na Primeira Carta aos Coríntios afirma: "Assim também o Senhor estabeleceu para os que pregam o Evangelho, que vivam do Evangelho" (9,14).⁶⁹ Também no livro dos Atos dos Apóstolos a experiência de partilhar os bens para a manutenção da Igreja e dos pobres é muito forte e expressiva (cf. 2,42-47).

69 REIFFENSTUEL, A., *Ius Canonicum universum clara methodo iuxta titulos quinque librorum decretalium. Tomus tertius. Venetis. MDCLXVI, Titulus XXX, 8*

Formalmente considerado, o dízimo fixado em dez por cento, com a Nova Lei deixou de existir. Mesmo que a normas do Antigo Testamento obrigavam por direito divino, não obrigam mais, porque todas as leis relativas às cerimônias, aos juízos e as relativas aos dízimos formalmente considerados foram totalmente abolidas, como consta na carta de São Paulo aos Hebreus (cf. 7,12.18 e 8,6-7) e na carta aos Gálatas (cf. 3,25 e 4,5).⁷⁰ Além disso, não é possível mostrar nenhum texto, nenhuma lei divina em todo o Novo Testamento com a qual se pode provar a obrigação de dar o dízimo formalmente considerado.

Compreendendo esta distinção, pode-se ler a legislação recente da Igreja, na qual os bispos do Brasil encontraram fundamento para sua decisão. O Concílio Plenário Latino-Americano⁷¹ mantém a disciplina da Igreja em relação à matéria na questão de sua fundamentação, não em sua aplicação:

Os fiéis que não estão obrigados a satisfazer os dízimos prediais recordem também que, segundo a disciplina vigente entre nós, não foi suprimida a obrigação que têm de pagar os dízimos pessoais para as necessidades da Igreja na quantia fixada ou que fixarem os bispos.⁷²

É uma legislação bastante aberta que valoriza os costumes e tradições de cada diocese, deixando à discricionariedade do bispo a determinação do valor e do modo de satisfazer a obrigação. Além disso, esta normativa não é impositiva, pois não há nenhuma sanção para aqueles que não contribuírem com o dízimo.

O Código de Direito Canônico de 1917, em um único cânon, resume toda a antiga legislação decimal e abroga da

70 ALVAREZ ARANGO, S.E. *Diezmos u oblacion personal?* Melellín, 1962, p. 207 e 209.

71 Cf. FONSECA, D. A., *O surgimento do CELAM na América Latina*. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*, vol. II(3) 2009, p. 3.

72 Dec. 833. PONTIFICIA COMMISSIO PRO AMERICA LATINA. *Acta et decreta Concilii plenarii Americae Latinae*. Ciudad del Vaticano, 1999. p. 472.

legislação universal o instituto do dízimo, em sua forma, não em sua substância:⁷³ *"Ad decimarum et primitiarum solutionem quod attinet, peculiaria statuta ac laudabiles consuetudines in unaquaque regione servantur"*.⁷⁴

Também o Catecismo da Igreja Católica, nas novas versões (1956) em uso no Brasil, apresenta o dízimo como um mandamento da Igreja. O quinto mandamento: "Nos catecismos antigos, líamos: 'pagar dízimos e primícias'. Nos modernos lemos: 'pagar dízimos segundo o costume'" ⁷⁵.

O Concílio Vaticano II, no Decreto *Presbyterorum Ordinis*, conclama os fiéis a seguirem o exemplo "dos fiéis na Igreja primitiva de Jerusalém, onde tudo era comum entre eles (cf. At 4,32) e distribuíam a cada qual segundo a necessidade (cf. At 4,35)".⁷⁶

O Código de Direito Canônico, ao explicar os direitos e obrigações de todos os fiéis, assim determina no cânon 222, 1: "os fiéis têm a obrigação de prover às necessidades da Igreja, de forma que ela possa dispor do necessário para o culto divino, para as obras de apostolado e de caridade, e para a honesta sustentação dos seus ministros".

Prover as necessidades da Igreja apresenta-se, na mente do legislador, não apenas como uma obrigação, mas também como um direito, que encontra seu fundamento no Batismo que qualifica os deveres e direitos fundamentais de todos os fiéis.⁷⁷

Se é um direito dos fiéis manter a obra do Reino, cabe também aos bispos ordenar estas contribuições, conforme o lugar e a época, conforme está expresso no cânon 1262: "Os fiéis prestem

73 WERNZ, FRANCISCO XAV. *Ius canonicum ad codicis normam exactum*. Opera Pe. Petri Vidal. Tomus IV De Rebus, Vol. II, magisterium ecclesiasticum, bona temporalia eorumque administratio. Roma, 1935. p. 321.

74 CIC 1917. Cân. 1502.

75 FERREIRA, C. N., *Exposição da doutrina católica*. Paulinas, 1ª ed., 1958.

76 PO 21.

77 Cf. DE OLIVEIRA, MÁRIO RUI. O direito a viver do Evangelho, p. 222.

auxílio à Igreja mediante contribuições que lhe forem solicitadas e segundo normas estipuladas pela Conferência dos Bispos”.

Cabe à Conferência dos Bispos determinar os meios mais adequados para a manutenção da obra da evangelização. No Brasil, os bispos definiram que a melhor forma de contribuição para atender ao Culto divino, a manutenção dos ministros, as obras de apostolado e as obras de caridade é o dízimo compreendido em seu sentido lato.

Tudo isto pode ajudar muito a pastoral e também formar retamente a consciência das pessoas, pois se encontram alguns autores que pregam e defendem o dízimo em seu sentido estrito.

Caso a reflexão inicie com o termo dízimo e busca-se permanecer na periferia da Pastoral do Dízimo, dever-se-ia concordar, porque o termo dízimo⁷⁸ significa a décima parte de alguma coisa. Esta é a definição que apresentam os dicionários de termos. Também entre os canonistas e pastoralistas a questão do termo é bastante pacífica. Wernz, em sua obra de direito canônico, em relação ao termo dízimo, afirma: “*Decima, si solummodo nomen attendatur, significat decimam partem cuiuscunque rei*”.⁷⁹

Seria possível citar, ainda, tantos outros canonistas, que seguramente dariam a mesma definição para o termo, mas não é necessário, porque o termo é claro. Porém, é importante citar um pastoralista que escreveu muitas obras sobre o dízimo, e são obras recentes, e em uma, precisamente, diz:

Essa história de querermos manipular a palavra “dízimo” alegando que ela poderá ser a terça, quinta ou

78 “Sic vocantur quia hoc nomine et hac quantitate apparent in Lev. 27,30-32”. REGATILLO, E.F., *Institutiones iuris canonici*. Vol. II. 5a ed. Santander. 1956. p. 194.

79 WERNZ, F.X., *Ius decretalium ad usum praelectionum in scholis textus canonici sive iures decretalium*, Tomo III, Romae, 1908, p. 215.

oitava parte de um todo vem de longe. Dizimo significa a "décima parte". Nada mais e nada menos.⁸⁰

Talvez o problema não esteja na palavra, e pelos autores citados se pode perceber que todos são concordes que o termo, de fato, significa a décima parte e não se encontra manipulação; mas o problema que levanta Gasques está na compreensão do dizimo como sistema de contribuição para a manutenção de uma comunidade de fiéis.

Quando se pretende ir além do simples conceito e da prática vivida na Lei Mosaica, na qual o dizimo é compreendido como a décima parte que é devida a Deus,⁸¹ e deixa-se iluminar pelo Novo Testamento, em que os cristãos não tinham preceitos sobre o dizimo, formalmente considerado, os horizontes se alargam.

Os autores clássicos, em sua maioria, ao falarem de dizimo, mantêm a tradição que o dizimo é a décima parte, mas também admitem que pode ser outra porcentagem estabelecida pela autoridade. Entre estes, Wernz assim define o conceito: "*Decimae autem stricte ecclesiasticae (sacramentales, spirituales) sunt decima vel alias certa et determinate pars (...)*".⁸² Cappello também tem o mesmo conceito: "*decimae ecclesiasticae proprie dictae sunt decima (unde nomen) pars vel alia determinata pars fructuum vel lucrorum licite perceptorum. Ecclesiae ministris persolvenda ob cultum divinum et spirituale ministerium*".⁸³ Segue esta mesma definição Oliveira, ao dizer que os "dizimos eclesiásticos são a décima parte ou uma outra determinada porção".⁸⁴

80 GASQUES, J., *O dizimo no terceiro milênio, visão ecumênica*, São Paulo, 1997. p. 13. Entre outras obras deste autor citamos: *O dizimo não acontece por acaso*, São Paulo, 1995; *Dizimo, Uma experiência que faltava em sua vida*, São Paulo, 1995; *O dizimo em cada dia*, Petrópolis, 1995; *Como organizar o dizimo*, Petrópolis, 1996; *O dizimo renovado*, São Paulo, 1996; *O manual do agente do dizimo*, São Paulo, 1995.

81 CNBB, *Pastoral do dizimo*, Coleção estudos da CNBB, 8, São Paulo, 1975, p. 20.

82 WERNZ, F.X., *Ius decretalium ad usum praelectionum in scholis textus canonici sive iures decretalium*, Tomo III, Romae, 1908, p. 215.

83 CAPPELLO, F. M., *Summa iuris canonici in usum scholarum con.* Vol. II, 3a ed., Romae, 1939, p. 643.

84 OLIVEIRA, O. DE. *Os dizimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império*, Romae, 1937, p. 17.

Esta também foi a compreensão dos bispos no projeto de implantação do sistema do dízimo: “tão pouco parece viável a restauração do dízimo em seu sentido aritmético (10%), como igualmente não seria equitativa a fixação de qualquer outra porcentagem (1%)”.⁸⁵

Os bispos orientam que o sistema do dízimo, assim compreendido, parece pastoralmente rico, enquanto sistema de contribuição: sistemática, de compromisso moral com a comunidade e fixado de acordo com a consciência formada de cada um.⁸⁶

5. Conclusão

O Papa Francisco no discurso aos bispos da Conferência Episcopal da República Checa disse: “No campo da economia é necessário desenvolver um sistema que, tendo em consideração que os meios materiais estão destinados exclusivamente à missão espiritual da Igreja, garanta a cada realidade eclesial o que lhe é necessário e a liberdade para a sua atividade pastoral”.⁸⁷

Esta é a força do sistema do dízimo, garantir a liberdade para uma frutuosa missão. Quando os bispos do Brasil, no período anterior ao Concílio Vaticano II, colocaram como tema central da 4ª assembleia a renovação paroquial, salientaram que a reflexão sobre a manutenção econômica da comunidade e seus ministros é parte integrante da necessária renovação paroquial.⁸⁸

85 CNBB. Estudos da CNBB 8. *Pastoral do dízimo*, p. 51.

86 Cf. CNBB. Estudos da CNBB 8. *Pastoral do dízimo*, p. 51.

87 PAPA FRANCISCO. Discurso do Papa Francisco aos Prelados da Conferência Episcopal da República Checa em visita *ad limina* opostolorum, 14/02/2014.

88 CNBB. Comunicado Mensal, 65 (1958), p. 1.

Referências

- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Bíblia Sagrada*. Brasília: Edições CNBB, 2012.
- PAPA FRANCISCO. Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*. Paulus. 2013.
- PAPA FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco aos Prelados da Conferência Episcopal da República Checa em visita ad limina apostolorum*. 14/02/2014.
- O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Tomo II. Lisboa, 1781.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto *Presbyterorum Ordinis*.
- PONTIFICIA COMMISSIO PRO AMERICA LATINA. *Acta et decreta Concilii plenarii Americae Latinae*. Ciudad del Vaticano, 1999, p. 472.
- CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo, 1853.
- O EPISCOPADO BRASILEIRO *ao clero e aos fiéis da Igreja do Brasil*. São Paulo, 1890, p. 77-78.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral do dízimo*. Coleção estudos da CNBB, 8, São Paulo, 1975.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil*. 1975/1978. CM 269(1975).

- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *1ª reunião ordinária. (material de estudo)*. Belém do Pará, 12 a 19 de agosto de 1953. Rio de Janeiro.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ata da 3ª reunião ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. (Serra Negra, São Paulo, 10 a 12 de novembro de 1956).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunicado Mensal*, 65 (1958).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. Rio de Janeiro: Dom Bosco, 1962. p. 20; CM 117(1962).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ata da reunião da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de 11 de novembro de 1964*. In CM 154(1965).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *XII Assembleia Geral da CNBB*. CM 221-222(1971).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *XII Assembleia Geral da CNBB*. CM 221-222(1971).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *XIII Assembleia Geral. Ata n. 9. CNBB atas 6*. 1973.
- SECRETARIADO GERAL. *Ata e estudo da reunião da Província de Goiânia*. (17-21/12/1957). CM 65(1958).
- COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL. *O dízimo. Subsídios para estudo e reflexão*. Rio de Janeiro, 1971.
- COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL. *DÍZIMO*. CM 266(1974) 1095.
- AAVv. *Diccionario enciclopédico Hispano-Americano de literatura, ciências y artes*. Tomo Sexto. Barcelona, 1890.

- ÁLVARES ARANGO, S.E. *Diezmos u oblación personal?* Medellín, 1962.
- BARBOSA, M. *A Igreja no Brasil. Notas para a sua história.* Rio de Janeiro, 1945.
- CAPPELLO, F. M. *Summa iuris canonici in usum scholarum con.* Vol. II, 3a ed. Romae, 1939.
- CIPROTTI, P. Decime. In. AA.Vv. *Enciclopedia del Diritto.* Varese, 1962.
- DE OLIVERIA, M. R. *O direito a viver do Evangelho.* Roma, 2006.
- FERREIRA, C. N. *Exposição da doutrina católica.* Paulinas, 1ª ed. 1958.
- FONSECA, D. A. O surgimento do CELAM na América Latina. In. *Revista Brasileira de História das Religiões*, vol. I(3) 2009, p. 3.
- GASQUES, J. *O dízimo no terceiro milênio, visão ecumênica,* São Paulo, 1997.
- GOMES F. *Digna sustentação do clero e das obras paroquiais.* CM 71(1958), p. 17.
- JANNOCCONE, C. Decime. In AAVv. *Novissimo digesto italiano,* Torino, 1960.
- MARTIN RIEGO, M. *Diezmos eclesiásticos.* Sevilha, 1991.
- OLIVEIRA, A. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil, nos períodos da Colônia e do Império.* Roma, 1939.
- POGGIASPALA, F. Decimae. In AAVv. *Dictionarium morale et canonicum,* Romae, 1965.
- REINFFENSTUEL, A. *Ius Canonicum universum clara methodo iuxta titulos quinque librorum decretalium.* Tomus tertius. Venetiis. MDCCLXVI, Titulus XXX, 8.

REGATILLO, E.F., *Institutiones iuris canonici*. Vol. II. 5a ed. Santander. 1956.

SANTO AGOSTINHO. *Comentário aos Salmos*. Paulus. 2008.

SLOAN, W. H., *Concordancia completa de la Santa Biblia*, Barcelona, 1988. P. 273.

WERNZ, F. X. *Ius decretalium ad usum praelectionum in scholis textus canonici sive iuris decretalium*. Tomus III. Ius administrationis Eccles. Catholicae. Altera editio emendata et aucta. Romae, 1908.

VASCONCELOS, A.S. *Instituto de pensão do clero*, Rio de Janeiro, 1998.

VAUX, R. De. *Istituciones del Antiguo Testamento*, Barcelona, 1976.

VIOLARDO. *De bonis Ecclesiae temporalibus*. Romae.